

EDITORIAL

Caro Leitor,

Informamos que até o dia **05/09/2017** o nosso Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) estará recebendo inscrições para o Processo Seletivo 2018, nos cursos de mestrado e doutorado acadêmico.

Para o Processo Seletivo 2018 são ofertadas 21 (vinte e uma) vagas para o curso de mestrado e 10 (dez) vagas para o curso de doutorado. Neste ano o edital traz a linha de Informação Contábil para o Setor Público como novidade. Até o ano passado, o PPGCC da UFPB tinha apenas as linhas de Informação Contábil para Usuários Internos e Informação Contábil para Usuários Externos.

Maiores informações sobre o edital poderão ser obtidas no site do PPGCC: <http://www.ccsa.ufpb.br/ppgcc>

Antes de entrar nos artigos da edição, gostaríamos de destacar algumas estatísticas, reforçando o nosso compromisso com os nossos autores e leitores, ao mesmo tempo em que agradecemos imensamente aos revisores que trabalharam conosco.

Com o auxílio e compromisso de todos os envolvidos, conseguimos uma (A) média(mediana) de 2(2) meses para o envio do relatório com a primeira revisão dos artigos, (B) média(mediana) de 4(3) meses para dar o parecer final aceitando os trabalhos e (C) média(mediana) de 5(4) meses para publicar *online (ahead of print)* os artigos aprovados. Tudo isso contando a partir da data da submissão inicial.

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS DO V.5, N.3

Abrimos esta última edição da RECFin com um artigo que trata de dois temas muito relevantes para o Brasil: fundos de investimentos e responsabilidade social. A responsabilidade social dispensa comentários sobre a sua importância, porém a divulgação e análise criteriosa de fundos de investimentos passaram a ser muito mais importante agora, no Brasil, com a retomada da redução das taxas de juros, que deverá fazer com que os agentes poupadores da economia passem a analisar alternativas de investimentos que tenham um pouco mais de riscos, para garantir uma boa rentabilidade, e os fundos de investimentos podem ser uma dessas alternativas, contudo é importante escolher bem em que fundo alocar os seus recursos.

Pensando na importância dos dois temas, Sabrina Espinele da Silva e Robert Aldo Iquiapaza compararam, em "**Fundos de investimentos socialmente responsáveis e fundos convencionais: existem diferenças de desempenho?**", o desempenho de fundos de investimento em ações de empresas socialmente responsáveis e de fundos de ações convencionais, com o propósito de inferir se os primeiros possuem desempenho superior ou semelhante aos do segundo grupo de fundos. Todavia, os autores encontraram que, em média, os fundos de investimento em ações socialmente responsáveis (SRI) e os fundos de investimento em ações convencionais possuem desempenho semelhante.

Ainda sobre investimentos em bolsa de valores, em **“Impacto dos relatórios de recomendação dos analistas sell-side no retorno das ações”**, Bruno Sun, Liliam Sanchez Carrete e Rosana Tavares analisaram o impacto dos relatórios dos analistas *sell-side* no retorno das ações das empresas listadas na B3.

Os resultados obtidos foram consistentes com a primeira hipótese de que o retorno anormal é positivo para cada um dos prazos da data do estudo de eventos (1 dia a 3 meses), a partir da emissão de recomendação de compra e forte compra, pelos analistas. Por outro lado, o retorno anormal e o retorno anormal acumulado de cada um dos prazos foram todos negativos com significância estatística nas recomendações de venda a favor da segunda hipótese de que o retorno anormal é negativo para cada um dos prazos para as recomendações de venda e forte venda.

No trabalho **“Utilização de provisões para a prática de gerenciamento de resultados em empresas brasileiras”**, os autores Andreia Carpes Dani, Laurindo Panucci Filho, Cleston Alexandre dos Santos e Roberto Carlos Klann examinaram se a constituição de provisões para garantias, benefícios a empregados e riscos fiscais estão sendo utilizadas para provocar algum efeito de *accruals* específicos, que evidenciem a prática de Gerenciamento de Resultados (GR).

Os resultados apontam que as provisões para garantias são explicadas pelo endividamento e valor dos estoques; as provisões para benefícios a empregados são explicadas pelo endividamento, tamanho e pelo valor das obrigações sociais; e as provisões para riscos fiscais são explicadas pela variação do lucro líquido. Observou-se a ocorrência da prática de gerenciamento de resultados por contas específicas por meio dos modelos de provisão para garantias de produtos, mercadorias e serviços, porém, o modelo relativo à provisão para riscos fiscais mostrou um poder explicativo fraco.

Em **“Normas internacionais de educação contábil propostas pelo International Accounting Education Standards Board”**, Fellipe André Jacomossi e Vania Tanira Biavatti investigaram, sob a ótica dos profissionais, pesquisadores e professores de contabilidade, como as Normas Internacionais de Educação propostas pelo IAESB podem influenciar o ambiente nacional de educação contábil.

Os resultados demonstram que é possível utilizar um modelo para o ensino de contabilidade em nível global, o que não restringe que as diferentes jurisdições realizem adaptações ao framework do IAESB para contemplar suas diferenças locais e regionais. De maneira geral, percebe-se que enquanto a categoria Requisitos de Entrada (IES 1), de fato, parece estar suficientemente contemplada no ambiente nacional de educação contábil, a Experiência Prática (IES 5) e o Desenvolvimento Profissional Contínuo (IES 7), por sua vez, possivelmente causarão maiores influências no contexto brasileiro, quando da adequação as Normas Internacionais de Educação Contábil. Por fim, com relação as categorias Competências Técnicas (IES 2), Habilidade Profissionais (IES 3), Valores Profissionais, Ética e Atitudes (IES 4) e Avaliação da Competência Profissional (IES 6), evidencia-se uma adequação parcial do ambiente de educação contábil brasileiro, no entanto, conforme identificado, algumas particularidades ainda precisam ser ajustadas.

O autor Henrique Cesar Melo Ribeiro, em **“Produção acadêmica da área temática Mercados financeiro, de crédito e de capitais (MCP) divulgada na ANPCONT de 2007 a 2016”** investigou o perfil e as características da produção científica dos artigos divulgados no Congresso ANPCONT na área temática Mercados Financeiro, de Crédito e de Capitais de 2007 a 2016.

Constatou-se uma centralidade de grau e de intermediação nas redes de coautoria e das instituições, influenciando em sua baixa densidade e em sua dispersão. Os temas mais publicados foram: governança corporativa, investimento, informações contábeis, gerenciamento de resultados, auditoria, estrutura de capital, gestão de risco, mercado corporativo, retorno das ações e avaliação de empresas. Alfredo Sarlo Neto, Bruno Funchal e Márcio André Veras Machado foram os autores

mais profícuos, enquanto a Fucape Business School, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Espírito Santo foram as instituições mais produtivas.

Descrever o conteúdo e a forma de evidenciação da criação de valor por meio das informações financeiras no Relato Integrado, a partir da publicação do Framework, foi o objetivo do trabalho **“Relato integrado e o formato da informação financeira para evidenciar a criação de valor das empresas do Programa Piloto”**, dos autores Nadson Jaime Ferreira Alves, José Roberto Kassai, Edmilson Costa Lucas e Humberto Medrado Gomes Ferreira.

Os resultados apontam o uso limitado de alguns termos que fundamentam o relato integrado (RI) e a informação financeira oriunda das Demonstrações Contábeis, no entanto foi identificado o uso de linguagem visual em sintonia com os princípios da concisão, completude, comparabilidade e conectividade nas informações dos RI.

O artigo **“Práticas Contábeis Adotadas por Entidades do Terceiro Setor: Uma Análise Junto a Templos Religiosos de Pernambuco à Luz da ITG 2002”**, de Priscila Karla Ferreira da Silva, José Jonas Alves Correia, Andreza Cristiane Silva de Lima, Filipe Emmanuel Alves da Silva e Luiz Carlos Miranda, teve como objetivo verificar o grau de aderência das entidades religiosas, quanto à ITG 2002, em suas práticas contábeis.

A pesquisa revelou que as práticas contábeis adotadas pelas entidades religiosas do Estado de Pernambuco não estão totalmente em conformidade com a Interpretação Técnica pertinente (ITG 2002), havendo, portanto, oportunidade para os templos religiosos adotarem boas práticas no âmbito contábil e gerencial. Embora a aplicação deste normativo não seja obrigatório por lei, sua utilização pode contribuir para aumentar a transparência e a *accountability* dessas entidades, já que elas são mantidas por meio de doações.

Por fim, em **“Pesquisa científica no curso de Ciências Contábeis: limites e contribuições ao aluno na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso”**, de autoria de Cassius Klay Silva Santos, Edvalda Araújo Leal, Igor Vieira Nunes e Taís Duarte Silva, o objetivo foi identificar os fatores que possam ser considerados como benéficos ou limitadores na percepção dos estudantes de Ciências Contábeis em relação ao desenvolvimento da pesquisa científica por meio do Trabalho de Conclusão de Curso.

Os resultados evidenciam que os estudantes demonstraram vários aspectos favoráveis que motivam o desenvolvimento da pesquisa científica por meio do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na sua formação acadêmica. Foram reconhecidas também as dificuldades pertinentes à realização do mesmo. Os estudantes apontaram a relevância da participação dos professores orientadores para o sucesso da realização do TCC na graduação, reconhecendo que o acompanhamento do orientador é essencial para a execução e a qualidade da pesquisa. Por meio da análise fatorial, foram identificados três fatores que agruparam as variáveis relacionadas aos benefícios referentes ao ensino com pesquisa, sendo: desenvolvimento de pesquisas e incentivos na formação acadêmica; formação profissional, competências interpessoais e comunicação; e contribuições acadêmicas do ensino com pesquisa.

Com isso, finalizamos o editorial da terceira e última edição da RECFin em 2017 e desejamos uma boa leitura a todos, bem como um ótimo final de ano!

LUIZ FELIPE DE ARAÚJO PONTES GIRÃO

Editor Geral

ADRIANA FERNANDES DE VASCONCELOS

Editora Adjunta

DIMAS BARRETO DE QUEIROZ

Editor Adjunto